



A comunicação como estratégia de organização e atuação política: o caso da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional Londrina¹

Rozinaldo Antonio MIANI²

Lorène Monique LAIRÉ³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise preliminar do desenvolvimento do projeto de pesquisa “A comunicação popular nos movimentos sociais organizados: as práticas comunicativas no âmbito da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina”, no sentido de refletir sobre o papel desempenhado pela comunicação como estratégia de organização e atuação política. Após um aprofundamento sobre os conceitos de movimento social, movimento popular e política de comunicação, bem como da realização de um levantamento sobre as organizações sociais em Londrina, passamos para uma etapa de intervenção propositiva junto a tais organizações e à própria CMP com objetivo de constituir uma cultura política que pudesse incorporar a comunicação como parte de suas estratégias políticas.

Palavras-chave

Comunicação Popular; Central de Movimentos Populares; CMP Regional de Londrina; movimentos sociais; política de comunicação.

1 - Introdução

As lutas sociais e populares no Brasil, desenvolvidas a partir do final da década de 1970, resultaram na organização de um volume considerável de movimentos sociais. O acúmulo de forças produzido por tais movimentos foi decisivo para fazer emergir uma sociedade civil disposta a ocupar o seu papel no cenário nacional como agente político e social ativo e articulador, assumindo a sua co-responsabilidade no processo de redemocratização do país.

Como decorrência da organização e mobilização da sociedade civil em movimentos sociais, as lutas cotidianas por melhores condições de vida, na busca pela garantia dos direitos de acesso à educação, à saúde, à previdência social, ao transporte, à

¹ Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Rozinaldo Antonio Miani - Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo e História. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: rmiani@uel.br.

³ Lorène Monique Lairé - Estudante de Graduação do Curso de Relações Públicas da UEL/PR; bolsista de iniciação científica da Fundação Araucária. E-mail: lolilaire@gmail.com.



moradia, à terra, ao saneamento básico, à segurança, ao lazer, à cultura, enfim, aos direitos básicos e universais a todos os setores da sociedade, se materializaram, entre outras formas de organização, num significativo conjunto de movimentos populares, de natureza classista, comprometidos com uma efetiva proposta de transformação radical das estruturas sociais e econômicas.

Sobre os movimentos sociais de maneira geral, durante o século XX, um importante e detalhado mapeamento foi apresentado por Maria da Glória Gohn em sua obra “História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros”. A referida autora organizou esse mapeamento em 6 etapas, quais sejam: 1) Primeira República: do início do século até 1930; 2) Revolução de 1930 e Estado Novo: de 1930 a 1945; 3) Populismo: de 1945 até o golpe militar em 1964; 4) Regime Militar 1ª fase: de 1964 até 1974; 5) Regime Militar 2ª fase: de 1974 a 1984; 6) Nova República e Restauração Democrática: de 1984 até 1995 (ano de publicação da primeira edição da obra).

Nas duas últimas etapas registramos o que talvez represente o período mais fértil e mais rico da história do país em se tratando de lutas sociais, em geral, e de movimentos populares, em particular. No período de 1974 a 1984 o eixo dos movimentos populares foi notadamente a luta pela redemocratização. As práticas de resistência e de enfrentamento ao regime militar marcaram as organizações da sociedade civil, além do que vinham acompanhadas da elaboração de projetos efetivos de mudança social para o país. De acordo com Gohn,

Havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. Os moradores das periferias, das favelas, cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social. (GOHN, 2001: 114)

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, o surgimento do Movimento pela Anistia em 1976, o ressurgimento do Movimento Estudantil a partir de 1977, a retomada do Movimento Sindical Combativo e a realização dos movimentos grevistas especialmente na região do ABC paulista a partir de 1978, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1979, a criação da



Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) em 1980, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, a organização do Movimento pelas “Diretas Já” em 1984 e a criação do Movimento dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1984 são apenas alguns exemplos significativos do que foi o processo de mobilização da sociedade civil em movimentos sociais e populares no referido período.

A partir de 1985, já vivendo um “clima de redemocratização” apesar da frustração de não ter conquistado o efetivo direito de votar para presidente da República, a sociedade civil intensificou sua organização em movimentos sociais e populares de toda ordem e nas mais diversas questões e temáticas sociais. Favorecidos por uma conjuntura política que proporcionava a possibilidade de explicitação dos reais problemas sociais brasileiros, principalmente por parte dos meios de comunicação de massa, as ações coletivas dos movimentos sociais tomaram vulto e tencionaram a sociedade brasileira a reconhecer a sua força política, que se mostrou efetiva até pelo menos o final daquela década. A fundação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) em 1985, a criação do Movimento dos Sem-Casas e do Movimento Negro Unificado em 1986, a organização de um Movimento pela Constituinte que atuou entre 1985 e 1988, a intensificação do Movimento dos Assentamentos Rurais a partir de 1985, a criação do Movimento em Defesa da Escola Pública em 1988, a criação da Pró-Central dos Movimentos Populares e a recriação do Movimento pela Reforma Urbana são algumas das mais significativas experiências político-sociais do período.

Porém, o acirramento da crise econômica e o desencantamento principalmente por parte das lideranças e das bases dos movimentos populares em razão da atuação dos governos eleitos, especialmente a experiência desastrosa do governo de Fernando Collor de Mello e sua política neoliberal, provocou uma desmobilização e uma descrença nos movimentos sociais e populares no início da década de 1990 e fez emergir um “novo” modelo de movimento social. Para Gohn,

Os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil [...]. Os movimentos sociais populares dos anos 70/80 se alteram substancialmente. Alguns entram em crise: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Surgem novos movimentos sociais, centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. [...] Criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural, ou de figuras carismáticas, como o caso de



Betinho na Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. (GOHN, 1995: 128)

O Movimento pela Ética na Política e o Movimento dos Caras-Pintadas em 1992; a criação dos movimentos ecológicos a partir do mesmo ano; a criação do Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida em 1993; e a fundação do Movimento Viva Rio foram importantes exemplos dos movimentos sociais, já com uma nova configuração, surgidos na primeira metade da década de 1990.

Entre 1995 e os dias atuais a prática dos movimentos sociais no Brasil consolidou uma tendência que vinha sendo manifestada desde o início da década de 1990, qual seja, a substituição de movimentos populares, de natureza classista, por movimentos sociais marcados por lutas cívicas ou cidadãs; a emergência de novos atores sociais, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs), que passaram a capitanear as práticas organizacionais da sociedade civil, também teve implicação decisiva no processo de retração dos movimentos populares verificado no início do novo século ⁴.

Diante desse breve histórico, e apesar de toda a complexidade que envolve a temática, reconhecemos que a presença e a atuação dos movimentos sociais e populares na história recente do Brasil se mostraram fundamentais para consolidar o processo de redemocratização em nosso país. Além disso, o avanço organizativo dos movimentos e o desenvolvimento da consciência política da articulação orgânica em substituição à atuação corporativa, manifestados principalmente durante a década de 1980, resultaram no desencadeamento de um processo de construção de uma organização nacional dos movimentos populares no Brasil.

A Central de Movimentos Populares (CMP), fundada em 31 de outubro de 1993, se estabeleceu como um canal de articulação dos movimentos populares no Brasil com vistas a apoiar, reforçar e unificar as lutas específicas e estabelecer e difundir os princípios gerais da concepção estratégica do movimento popular, quais sejam: autonomia, democracia, ser classista, ser de base, ser de massa e ser solidário.

Em documento oficial da CMP, o objetivo da entidade está assim definido:

A CMP tem como objetivo construir um projeto popular alternativo, rumo ao socialismo, organizando, articulando e mobilizando os movimentos populares no combate ao projeto neoliberal, tornando-se uma referência na luta por

⁴ Uma análise bastante crítica do papel desempenhado pelas ONGs no contexto da mundialização do capital pode ser encontrada em PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. A hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



políticas públicas com a participação popular. (CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES, 2002: 9)

A convicção de que o avanço das lutas dos movimentos populares numa perspectiva estratégica dependia da construção de uma organização nacional adequada às exigências do fortalecimento dos movimentos e representativa em relação às várias lutas sociais desenvolvidas nas mais diversas regiões e estados brasileiros, bem como atuando nas mais diversificadas temáticas e problemáticas, resultou na criação, entre outras, da Regional de Londrina da Central de Movimentos Populares no ano de 2000, que passou a “reivindicar” a condução do processo de articulação das lutas populares na região.

Apesar do reconhecimento de sua importância estratégica na conjuntura política, essa organização nacional dos movimentos populares, e suas respectivas regionais, mostraram-se pouco eficientes no papel que se propunham a desempenhar e acabaram por enfrentar dificuldades e carências de toda ordem.

2 - Uma pesquisa-ação para contribuir na retomada da articulação política dos movimentos populares em Londrina

O reconhecimento do esfacelamento organizativo e político da CMP, principalmente da Regional de Londrina, foi o estopim para a proposição de um projeto de pesquisa, numa perspectiva de pesquisa participante e pesquisa-ação⁵, que se propunha a desenvolver junto à referida organização e aos movimentos sociais da região um trabalho de formação para a comunicação.

O projeto de pesquisa “A comunicação popular nos movimentos sociais organizados: as práticas comunicativas no âmbito da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina”, oficialmente cadastrado na Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), teve início em outubro de 2005 e apresentava como objetivo principal:

[...] analisar as concepções e estruturas das práticas comunicativas dos movimentos sociais e populares representados pela CMP Regional de Londrina, bem como proporcionar condições concretas para o desenvolvimento de uma política de comunicação para a CMP. (MIANI, 2005: 9)

⁵ A pesquisa-ação exige que o pesquisador extrapole os limites de uma investigação meramente acadêmica e burocrática, desempenhando um papel ativo na própria realidade de contribuição efetiva às organizações sociais.



Para tanto, algumas tarefas se apresentavam necessárias e urgentes e foram desenvolvidas ao longo dos primeiros anos do projeto.

Durante o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2007 foram desenvolvidas duas frentes de trabalho contando com a participação efetiva de um grupo de alunos, incluindo duas iniciações científicas⁶. A primeira frente de trabalho foi um estudo bibliográfico sobre os conceitos de movimento social e movimento popular com o objetivo de compreender melhor a atualidade das reflexões sobre as referidas organizações. Tal estudo foi baseado na leitura e aprofundamento de textos de Pedro Jacobi, Eder Sader, Ilse Scherer-Warren, Maria Célia Paoli, Alberto Melucci e, principalmente, Euclides André Mance e Maria da Glória Gohn.

Ao final das discussões, assumimos como conceito mais pertinente para o encaminhamento de nossas atividades a formulação de movimento social apresentada por Maria da Glória Gohn, que o define como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (GOHN, 2000: 251)

No entanto, como a representação da CMP incide fundamentalmente sobre os movimentos populares, como está pressuposto no próprio nome da entidade, a compreensão sobre o conceito de movimento popular se fazia absolutamente necessária. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que se definiam como movimentos populares aqueles movimentos que teriam nas classes sociais subalternas, ou seja, nos setores explorados, dominados e oprimidos da sociedade, seu sujeito e sua base de constituição. Para problematizarmos a questão, tomamos por base a premissa apresentada por Euclides Mance que afirmava que “tais movimentos, entretanto, podem ter um cunho conservador ou revolucionário, dependendo de sua concepção e prática adotadas para a

⁶ Durante as atividades do projeto no referido período estiveram envolvidos os seguintes alunos: Angélica Cristina de Oliveira, Bruna Alves Rocha Haddad, Gabriel Victor Rocha Pinezzi, Jean Estevão de Souza, Lorène Monique Lairé, Ludmilla Andrade Fregonesi, Natália Ferreira de Freitas e Nayara Carvalho Coutinho. A aluna Ludmilla Andrade Fregonesi foi bolsista IC-Uel com o projeto “Movimentos populares e comunicação popular: uma análise conceitual” e a aluna Natália Ferreira de Freitas foi aluna de iniciação científica com o projeto “Análise das práticas comunicativas dos movimentos populares em Londrina”.



conquista de seus interesses que podem ser apenas imediatos ou mais estratégicos”. (MANCE, 1991: 3)

Ao final de nossas discussões assumimos como definição para movimentos populares, que seria apresentado à CMP Regional de Londrina, a variedade de formas de organização autônoma dos setores das classes subalternas que atuam invariavelmente na perspectiva de enfrentamento ao sistema capitalista e ao seu instrumento de dominação: o Estado. Esses movimentos atuam sobre as contradições entre as classes subalternas e as condições de reprodução social da força de trabalho patrocinadas pelo Estado, portanto, assumindo um caráter estratégico.

Incluem-se na definição de movimentos populares todos os movimentos, grupos e organizações que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias e de bens de uso coletivo (saúde, educação, transporte, abastecimento, saneamento básico), bem como os que se confrontam diretamente com o capital na área de reprodução social (exemplo dos sem terra e sem teto) e ainda aqueles que enfrentam a ideologia de dominação nas lutas políticas do cotidiano (ecológicos, direitos humanos, grupos de teatro, entre outros).

Em todos os casos, exige-se que o movimento popular seja autônomo, ou seja, sem vínculos de dependência com Estado, empresa privada, partido político, Igreja, instituições de assessoria (ONGs) etc. O fato de algumas organizações terem seu centro de decisão situados, em última instância, fora de seu próprio âmbito, os qualificaria em outra natureza de movimentos.

Na outra frente desenvolvida pelo projeto, realizamos um levantamento dos movimentos sociais em Londrina, inicialmente para compreender o atual estágio de organização da sociedade civil com suas novas configurações, para, então, conhecer suas eventuais práticas comunicativas, verificando suas limitações e seus aspectos positivos.

Para a realização do referido mapeamento tomamos por base as mais diversas formas de organização da sociedade civil: movimentos sociais e populares, associações de moradores, cooperativas, organizações não governamentais, movimento estudantil, associações filantrópicas, pastorais e grupos comunitários religiosos, projetos de extensão universitários, entre outros.

Foi um trabalho intensivo da equipe do projeto, primeiro para conseguir localizar o maior número possível de organizações sociais e, depois, fazer contato com



representantes dessas organizações para verificar suas características principais, bem como se haviam práticas comunicativas e se conheciam a CMP.

Através desse levantamento, constatamos a existência de uma grande quantidade de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que passaram a representar a mais significativa (em volume) forma de organização da sociedade civil em tempos atuais. As Associações de Moradores ainda continuam como uma importante forma de organização da sociedade tomando por base o local de moradia. Por outro lado, os movimentos populares “clássicos” apresentaram um refluxo considerável, mantendo-se como realidade apenas em alguns setores, marcadamente naqueles que se estabelecem por uma afirmação identitária (mulheres, negros, juventude...).

No trabalho do mapeamento, constatamos a existência de mais de 300 núcleos de organização social por toda a cidade de Londrina, mas estabelecemos contatos com aproximadamente 100 organizações, prioritariamente aquelas que acreditávamos poder compor a base de representação da Central de Movimentos Populares. Dessas organizações, apenas nove afirmaram conhecer a CMP.

Constatamos, ainda, que a comunicação não era assumida como prioridade por essas organizações sociais. Pouco mais de uma dezena de organizações apresentou algum tipo de produção comunicativa; no entanto, a grande maioria das lideranças contatadas afirmou reconhecer a importância da comunicação.

Após realizarmos uma sistematização dessas duas tarefas desenvolvidas, intensificamos os contatos com a coordenação da CMP Regional de Londrina⁷ para darmos início à nova fase no desenvolvimento do projeto de pesquisa. Para tanto, convocamos todos os integrantes da coordenação municipal da CMP para um encontro de formação, quando apresentamos os resultados de nossa pesquisa até então (tanto a análise teórica, quanto o levantamento realizado).

Os impactos provocados pelos resultados de nossa pesquisa, principalmente em relação ao reconhecimento da necessidade de revisão conceitual e reavaliação do próprio papel da entidade em razão da nova conjuntura política, bem como da constatação da falta de representatividade da CMP junto às organizações sociais, foram decisivos para a continuidade de nosso projeto.

⁷ Antes mesmo de apresentar a proposta do projeto de pesquisa para a Universidade, foram feitos alguns contatos com a então coordenação da CMP Regional de Londrina para saber do interesse da organização na realização de tal projeto, uma vez que a proposta era de realizar uma pesquisa-ação. Desde então a CMP se mostrou disponível e interessada na realização do trabalho.



Como primeiro desdobramento, organizamos e participamos da realização de uma reunião de planejamento da CMP Regional de Londrina, que ocorreu no mês de abril/2008, com o objetivo de incorporar as demandas derivadas de nosso projeto no plano de ação da entidade. Além da definição de um calendário de lutas, uma comissão de comunicação foi eleita para acompanhar o nosso trabalho e ficou definido que, em relação à questão da comunicação, a nossa equipe passaria a atuar em nome da CMP.

Nesse momento, nossa equipe já estava organizada em outras duas frentes⁸. Na primeira delas, a principal tarefa é a organização de oficinas de formação em comunicação para as lideranças dos movimentos sociais, com o objetivo de discutir sobre o papel da comunicação na sociedade contemporânea e também sobre a utilização da comunicação como estratégia de organização e atuação política dos movimentos sociais. Já realizamos uma primeira oficina e outras três devem ser realizadas até o final do ano de 2008.

A outra frente de ação do projeto diz respeito ao estabelecimento de uma política de comunicação para a própria Central de Movimentos Populares de Londrina. Já realizamos algumas reuniões com a comissão de comunicação para discutir sobre a importância e necessidade de uma política de comunicação para a CMP Regional de Londrina e os encaminhamentos estão levando para a criação de um jornal impresso como uma primeira ação no campo da comunicação, com vistas a promover o fortalecimento político e organizativo da entidade e recompor sua representatividade junto aos movimentos sociais atuantes na cidade de Londrina.

3 - A comunicação como estratégia política para os movimentos populares

Parece-nos inquestionável o reconhecimento da importância cada vez maior que a comunicação tem ocupado na configuração das sociedades contemporâneas. Isto lhe confere, concomitantemente, um papel de destaque quando nos referimos à atuação política das organizações sociais.

Qualquer que seja o projeto político defendido por um determinado movimento ou entidade social faz-se necessário, numa sociedade que tem a comunicação como um

⁸ Participam desta etapa do projeto os seguintes alunos: Ana Carolina Arruda Franzon, Ana Martinez Soranso, Daniel de Oliveira Figueiredo, Flávia Valentim da Silva, Lorène Monique Lairé e Natália Cabau Seves. A aluna Lorène Monique Lairé é atualmente bolsista da Fundação Araucária com o projeto “A comunicação popular como estratégia de atuação dos movimentos sociais” e a aluna Ana Carolina Arruda Franzon é bolsista IC-UEL com o projeto “O estabelecimento de uma política de comunicação para a Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina”.



de seus pilares, dar visibilidade aos seus valores e idéias, bem como às suas ações políticas, através de práticas comunicativas. Com isso, os movimentos sociais e populares ampliariam as suas condições de exercício de poder e se qualificariam para a disputa dos “corações e mentes” na sociedade.

Desenvolvendo um estudo sobre a construção de imagens no contexto da propaganda política, Raija Almeida (2003) reconhece a importância da comunicação na constituição da legitimidade e promoção de um projeto político. No contexto de sua análise, afirma a autora que:

[...] é possível observar a importância da comunicação como estratégia política, tanto para ocupar, como para manter o poder, num processo cada vez mais sofisticado, que exige visibilidade e promoção dos projetos políticos que dependem cada vez mais de uma comunicação pensada estrategicamente dentro de um plano maior afirmando que são as estratégias de comunicação informativa e persuasiva que determinam as possibilidades de argumentação necessárias ao estado e à sociedade, nos seus rituais políticos. (ALMEIDA, 2003: 7)

A partir dessa premissa, e considerando que toda prática comunicativa deve se constituir como uma ação política articulada, faz-se coerente a defesa da importância do estabelecimento de uma política de comunicação por parte de quaisquer que sejam as organizações sociais. Quando se trata de movimentos populares, comprometidos com um processo de emancipação política e de transformação social, essa convicção se faz ainda mais veemente.

Por política de comunicação, no contexto dos movimentos sociais, entendemos tratar-se de:

[...] um conjunto de diretrizes políticas, de natureza permanente e orgânica, sobre a comunicação de uma determinada organização social, invariavelmente materializado por práticas e produções comunicativas planejadas e executadas de forma participativa e dentro de parâmetros de eficiência e eficácia, desempenhando papel formativo e informativo no processo de Educação Popular, com vistas à conscientização, dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente pelos objetivos estratégicos da organização. (MIANI; FREGONESI, 2007: 8)

Sendo assim, o estabelecimento de uma política de comunicação por parte das organizações sociais e populares reforça a tese de que a comunicação é elemento estratégico de organização e atuação política e deve, portanto, ser compreendida como parte do próprio projeto político da organização. Nessa direção, Alice Mitika



Koshiyama acredita que a comunicação deve ser assumida como uma atividade central na organização dos movimentos, pois expressa visões de mundo, troca de mensagens e de valores. Afirma ainda a autora:

As políticas de comunicação fundamentam-se em valores ético-políticos e tratam de diretrizes permanentes e não apenas de problemas episódicos. A clareza sobre os valores a serem defendidos e a definição quanto às ações concretas na transmissão e multiplicação do saber especializado são parte de uma política. (KOSHIYAMA, 1995: 117)

Sobre a concepção política para implantação de uma política de comunicação por parte dos movimentos populares, temos defendido que ela deve se pautar pelo reconhecimento de que a comunicação é um campo que se relaciona de maneira direta e intensa com o processo de disputa de hegemonia. Isso significa afirmar que, ao produzir um produto comunicativo, devemos compreendê-lo como fazendo parte de um contexto muito mais amplo de disputa política, e não apenas como mero veículo de informações para dar visibilidade às idéias e ações dos movimentos.

No caso da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina, bem como dos movimentos sociais e populares no âmbito de representação da referida entidade, não verificamos a implantação efetiva de políticas de comunicação. As práticas comunicativas até existem, mas não chegam a conformar uma política de comunicação⁹; são práticas esparsas, pouco articuladas e sequer chegam a desempenhar o seu papel informativo e formativo, quanto mais reconhecer-se como instrumento estratégico de disputa de hegemonia.

Essa realidade, porém, não pode servir como argumento contra a tese do reconhecimento da comunicação como estratégia de organização e atuação política; ao contrário, serve para reforçá-la, pois a desarticulação e a falta de representatividade da CMP Regional de Londrina e o refluxo, esfacelamento ou perda de referencialidade dos movimentos sociais e populares estão combinados com uma reconhecida carência (na maioria dos casos uma ausência absoluta) de práticas comunicativas.

Enfim, materializadas numa política de comunicação, cada uma das práticas comunicativas desenvolvida (ou a ser efetivada) por uma determinada organização

⁹ O caso da Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (ALIA) pode ser apresentado como uma exceção, apesar de algumas limitações e ponderações necessárias. Um estudo sobre as práticas comunicativas da Alia foram realizadas pela aluna Natália Ferreira de Freitas em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina, sob o título “Análise da política de comunicação da Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids - ALIA” realizado em 2007 sob orientação do professor Rozinaldo Antonio Miani.



social se apresenta como parte de seu projeto estratégico de organização e atuação política. No âmbito da CMP Regional de Londrina é preciso que os movimentos sociais e populares, e a própria entidade, reconheçam esse caráter estratégico da comunicação para, então, implantarem políticas de comunicação que contribuam para objetivar suas conquistas imediatas e históricas.

4 - Considerações Finais

As considerações apresentadas neste artigo devem ser compreendidas tão somente como desdobramento de uma análise preliminar da realização de um projeto de pesquisa ainda em andamento.

A realização de ações políticas e comunicativas já previstas junto à Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina, e também junto aos movimentos sociais e populares da região, contribuirá para apresentar novos elementos nesse debate e, fundamentalmente, proporcionar um tensionamento junto às lideranças políticas das referidas organizações no sentido de colocar em prática a compreensão do papel político e organizativo cumprido pela comunicação.

Referências

ALMEIDA, Raija Maria Vanderlei. *Propaganda política: construindo imagens para a legitimação do poder*. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte: Intercom, 2003. Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ALVES, Alfredo. A comunicação como instrumento de educação popular. In: GOMES, Pedro Gilberto; PIVA, Márcia Cruz (org.). *Políticas de comunicação: participação popular*. São Paulo: UCBC/Paulinas, 1988, pp. 205-209.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. *Políticas públicas com participação popular*. São Paulo: CMP, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

EL ANDALOUSSI, Khalid. *Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia*. São Carlos, SP: Edufscar, 2004.



FERREIRA, Maria Nazareth (org.). *Cultura, comunicação e movimentos sociais*. São Paulo CELACC; ECA/USP, 1999.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GOMES, Pedro Gilberto; PIVA, Márcia Cruz (org.). *Políticas de comunicação: participação popular*. São Paulo: Paulinas, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL/CESAP/RN, 1985.

KAY, Patrícia. *O desafio da comunicação nos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Abre Olho, 1999.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. A necessidade de uma política de comunicação. In: DIDONÉ, Iraci Maria; MENEZES, José Eugênio de O. (org.). *Comunicação e política: a ação conjunta das ONGs*. São Paulo: Paulinas, 1995, PP. 116-118.

MANCE, Euclides André. Eixos de luta e a Central de Movimentos Populares. *Revista de Cultura Vozes*. nº 6. Petrópolis, RJ: Vozes, nov./dez. 1991. pp. 645-671.

MANCE, Euclides André. *Algumas concepções de movimento popular*. Curitiba: Cefuria, 1991.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIANI, Rozinaldo Antonio. *A comunicação popular nos movimentos sociais organizados: as práticas comunicativas no âmbito da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina, Londrina, 2005*. (Projeto de pesquisa apresentado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina).

MIANI, Rozinaldo A.; FREGONESI, Ludmilla A. *A Política de Comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares*. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, Santos, 2007. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2007

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMAN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.



PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação popular em seus aspectos teóricos. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling (org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: INTERCOM, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCKE, Paulo J. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação & política*. In: *Tendências na Comunicação, L&PM*, Porto Alegre. nº 2, 1999.